Eco-Boletim

Julho 2008

N.º 0

Nesta edição:

Erosão costeira	2
Arrendamento Jovem	3
Associações de Estudantes	4
25 de Abril	5
Paz	6
Exames Nacionais	7
Emprego	8
Politicas de Juventude e Associativismo	9
Acampamento	10
Mobilidade	11

A **Ecolojovem – "Os Verdes"** foi fundada em 1989 e assume-se, através dos seus objectivos, propostas e acções, como uma organização de juventude ecologista. Actuando com base no programa e nos objectivos do Partido Ecologista "Os Verdes", a **Ecolojovem – "Os Verdes"** elabora as suas orientações tendo em conta as especificidades da juventude.

Os jovens ecologistas trabalham e lutam por uma sociedade ecológica, equilibrada, sustentável e justa onde é possível concretizar os direitos e as aspirações juvenis. Reconhecem a importância do trabalho colectivo e do contributo de cada um, ao lado de todos os outros.

Na **Ecolojovem – "Os Verdes"** está presente a acção comum e a solidariedade que unem a juventude contra a exploração, a opressão, o imperialismo, o racismo, a xenofobia, e qualquer tipo de discriminação, de modo a alcançar a preservação do meio ambiente natural e da biodiversidade, a paz, a soberania dos povos e o progresso social.

O espírito de participação, de iniciativa, de afirmação e de responsabilidade individual e colectiva caracteriza os jovens ecologistas que recusam a passividade e o conformismo.

A **Ecolojovem – "Os Verdes"** é um espaço de diálogo, de reflexão, de acção insubmissa e de directa perante todas as formas de injustiça da acção humana, nomeadamente, a económica, a social e a cultural; assim a Ecolojovem – "Os Verdes" defende que a transformação da sociedade passa fundamentalmente, pela participação e intervenção dos jovens.

É uma juventude partidária que apresenta soluções e propostas possíveis de cumprir e de concretizar, em que os jovens têm o seu espaço e os seus direitos assegurados, apresentando-se com a preocupação, a dedicação e as medidas adequadas e procurando a resolução de problemas que afectam a qualidade de vida dos jovens.

A Ecolojovem – "Os Verdes"

Erosão Costeira ameaça Litoral Português

As zonas costeiras são, por definição, a interface entre o mar e a terra e são consideradas, fisicamente, zonas em constante mudança. O mar, na sua acção contínua de erosão, transporte e deposição de sedimentos faz com que a linha de costa esteja em constante alteração, sendo difícil atingir um estado de equilíbrio.

Por outro lado, a actividade humana e as opções políticas que não têm acautelado os impactes no litoral (pressão humana, urbanística, extração de inertes, destruição do cordão dunar, etc.), têm produzido pressões muito elevadas em toda a costa portuguesa, agravando a erosão costeira e pondo em perigo o nosso litoral e as suas populações.

As principais causas para o aumento da erosão costeira são:

- a diminuição acentuada do fluxo de sedimentos transportados pelos rios, que ficam retidos nas albufeiras das barragens;
- a excessiva exploração de areias nos estuários dos principais rios portugueses;
- a destruição sistemática das dunas litorais;
- a excessiva construção disseminada por todo o litoral;

o aumento do nível médio das águas do mar, uma das consequências directas das alterações climáticas.

As consequências desta erosão são inúmeras: o desaparecimento de dunas e das praias, a entrada das águas nas terras, a salinização das águas dos rios e dos aquíferos costeiros, o assoreamento de lagunas e estuários, bem como o aumento dos riscos para as populações e a perda de biodiversidade.

A **Ecolojovem – "Os Verdes"** , considera urgente tomar medidas para travar a erosão costeira e para minimizar as situações já existentes, como por exemplo a Costa da Caparica, Esmoriz e Esposende.

É necessário proteger e estabilizar as dunas, e permitir a reposição natural das areias nas praias, regulando e acautelando todas as actividades que retêm os inertes e que impedem essa deposição natural.

É preciso travar a construção no litoral e regulamentar as actividades humanas, por forma a não permitir a destruição do Ambiente Natural e aumentar os riscos para as populações.

Nós, Jovens Ecologistas, achamos que é crucial uma resposta global, que sobreponha os valores do ordenamento e desenvolvimento sustentável aos da ganância, do lucro e do imediatismo.

A Ecolojovem – "Os Verdes"

INCENTIVO AO ARRENDAMENTO JOVEM

A Constituição da República Portuguesa consagra o direito a uma habitação digna. Segundo o artigo 65º "Todos têm o direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto" cabendo ao Estado adoptar várias medidas no sentido de tornar este direito mais exequível e acessível a todos.

O artigo 70º refere que os "jovens gozam de protecção especial para efectivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente...no acesso à habitação".

Infelizmente, esta não é a realidade dos nossos jovens, que cada vez mais vêem a sua emancipação adiada, dificultada e impossibilitada.

Depois da extinção em 2003, pelo Governo PSD, do crédito bonificado para aquisição de casa própria - medida essa que foi bastante contestada pelo PS - cabe agora ao actual governo agravar as dificuldades no acesso ao arrendamento.

O Governo cortou quase 50% nas despesas com o Incentivo ao Arrendamento Jovem (IAJ) no Orçamento de Estado de 2007, e anunciou a substituição por um novo programa habitacional, o Porta 65.

Este novo programa baseia-se numa lógica de concurso, contrariamente ao IAJ, em que o apoio era atribuído a qualquer candidato que cumprisse os requisitos estabelecidos. É óbvio que esta alteração reflectir-se-á necessariamente numa redução do número de beneficiários.

Deste modo, a atribuição do apoio depende da disponibilidade financeira do Governo e não das reais necessidades dos jovens.

Numa sociedade em que grande maioria dos jovens se depara com dificuldades quer no arrendamento quer na aquisição de habitação própria, esta medida apresenta-se injusta, anticonstitucional e vergonhosa. E em nada o novo programa (Porta 65) faz jus ao nome atribuído, aludindo ao artigo 65º da Constituição, sendo um mero marketing político, uma vez que muitos jovens terão a porta fechada no que respeita à possibilidade de ter apoio para arrendar uma casa.

Depois da extinção em 2003, pelo Governo PSD, do crédito bonificado para aquisição de casa própria - medida essa que foi bastante contestada pelo PS - cabe agora ao actual governo agravar as dificuldades no acesso ao arrendamento.

Com esta drástica diminuição de verba para o IAJ e com este novo Programa os jovens não têm, de todo, assegurado o seu direito de acesso a uma habitação.

Este novo Programa passa pela diminuição efectiva do número de beneficiários, pela extinção de um programa específico no apoio a jovens arrendatários e pelo dificultar o processo de candidatura, tendo os pais dos jovens que prestar prova de incapacidade de suportar os encargos das rendas dos filhos.

A actual situação política caracteriza-se por uma crescente desresponsabilização do Estado em assegurar o direito à habitação.

Sendo a **Ecolojovem – "Os Verdes"** uma organização que defende uma juventude na sua plenitude de direitos, não pode, pois, concordar nem resignar-se perante esta política, que vem penalizar os jovens e, consequentemente, as suas famílias, agravando problemas económicos, pessoais e sociais.

A **Ecolojovem – "Os Verdes"** considera que o Governo português tem de assumir as suas responsabilidades no que concerne ao direito à habitação para jovens, levando ao cumprimento do que está constitucionalmente consagrado nos artigos 65º e 70º. Essas medidas passam obrigatoriamente pela reposição do Incentivo ao Arrendamento Jovem e por um reforço do mesmo.

Associações de Estudantes Básico e Secundário

Às Associações de Estudantes do Ensino Básico e Secundário deve ser reconhecida a legalidade, respeitando-se a sua autonomia e independência face aos Conselhos Executivos.

As Associações de Estudantes têm uma elevada importância na vida e funcionamento das instituições em que se inserem, constituindo um organismo que defende no dia-a-dia os interesses e as aspirações dos estudantes, incluindo as actividades culturais, lúdicas desportivas e de convívio, envolvendo todos os alunos na vida da associação.

Assim, e ao intervir directamente no meio escolar, esta forma de participação permite-lhes ter uma voz activa na gestão democrática da escola.

No entanto, e apesar de legitimadas, as Associações de Estudantes do Ensino Básico e Secundário têm sido alvo de graves e preocupantes repressões e atentados, por parte do Governo e dos Conselhos Executivos, que resultam numa limitação da participação estudantil.

Ao serem desrespeitados os direitos destas Associações a sua actividade, intervenção e decisão são prejudicadas.

Tem-se verificado, um pouco por todo o país, uma ingerência dos Conselhos Executivos nos assuntos relacionados com estes organismos e, se nalgumas situações isto sucede por desconhecimento das leis, há casos em que se verifica que é uma verdadeira e consciente intromissão, condicionando a autonomia e acção das Associações de Estudantes.

A título de exemplos da referida intromissão temos os seguintes casos: o não reconhecimento da legalidade das Associações de Estudantes, a dificuldade no agendamento de eleições, a alteração da data das eleições sem consultar previamente as Associações, as interferências directas no acto eleitoral, a proibição da realização da Reunião Geral de Alunos, a proibição da integração de alunos do Ensino Básico nas listas para os órgãos associativos, a retirada de um espaço onde a associação possa reunir e a repreensão de alunos por assunção determinada posição.

Por considerar imperativa e necessária a participação dos jovens estudantes no meio escolar, a Ecolojovem – "Os Verdes" defende a transparência na constituição e legalização de Associações de Estudantes, bem como a não ingerência de outros organismos na constituição e funcionamento das mesmas, salvaguardando o respeito e cumprimento dos seus direitos legais.

Às Associações de Estudantes do Ensino Básico e Secundário deve ser reconhecida a legalidade, respeitando-se a sua autonomia e independência face aos Conselhos Executivos.

Só assim poderemos ter alunos efectiva e democraticamente representados na sua instituição de ensino, de modo a que possam gerir, decidir e intervir na defesa dos interesses e direitos de todos os alunos.

Cláudia Madeira – Ecolojovem

Vamos manter a força de Abril!

O 25 de Abril de 1974 foi o renascer de um país estrangulado por um regime opressor que proibiu a liberdade de pensamento, que censurou, que espalhou a miséria, a ignorância e o medo; que perseguiu, torturou, prendeu e assassinou quem tinha um pensamento livre e crítico.

A Revolução dos Cravos pôs fim a 48 anos de fascismo. Trouxe a liberdade, a democracia. Abriu um caminho novo que agora tem de ser percorrido por nós, com novas lutas, novas conquistas, mas com os valores de sempre, com os valores de Abril.

Hoje comemoramos o 25 de Abril porque acreditamos que é possível fazer mais pela democracia e pelos nossos direitos. Porque é necessário reafirmar os valores, os princípios, os ideais e as conquistas.

O 25 de Abril não é apenas lembrança e memória. É um legado, uma herança que temos de respeitar, de valorizar e de fazer cumprir. É importante conhecer a história do 25 de Abril, passar a mensagem, contá-la a quem não a viveu. Nunca é demais relembrar o que se tinha e o que se passou a ter. Temos hoje direitos consagrados – o salário mínimo, a segurança social, o direito a férias, o SNS, a democratização no ensino, a liberdade de imprensa…

E volvidos 34 anos sobre esta revolução é imperativo fazer o que ainda se encontra por fazer. Porque ainda há muito por fazer, há tanto de Abril por cumprir. E por isso, não podemos perder o que já foi conquistado. E não podemos permitir que destruam os Direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa, Direitos que foram conquistados e que têm de ser respeitados.

A **Ecolojovem – "Os Verdes"** não encara de forma derrotista o que ainda falta cumprir, mas com estímulo para agir e intervir de forma cada vez mais plural, participada e partilhada!

Nós, jovens, que prezamos a democracia plena e a revolução declarada por Abril não podemos assistir passivamente ao que ainda não se cumpre e ao que se está a perder.

Estamos atentos e dispostos a reivindicar, a lutar por aquilo a que temos direito. E quando há uma tendência para nos afastarmos da democracia, da garantia de termos assegurados os nossos direitos, estamos cá para dizer não e para se retomar o rumo certo. E hoje, quando nos afastamos dos princípios de Abril, temos de pensar que é nossa obrigação continuar a lutar, a acreditar, a espalhar o sentimento de Abril. A democracia deve ser construída, fortalecida. Temos de estar atentos e responsáveis para a não perder.

E é por isso que comemoramos o 25 de Abril: porque acreditamos, porque não desistimos. Porque queremos o 25 de Abril sempre, em todos os dias das nossas vidas.

Ainda há tanto por fazer no emprego: nos salários, nas condições de emprego, no combate ao desemprego, no combate à precariedade e instabilidade.

Ainda há tanto por fazer no ensino e na educação: o cumprimento do princípio democrático do ensino público, gratuito e de qualidade e na implementação da educação sexual.

Há ainda tanto por fazer na defesa do Serviço Nacional de Saúde e na melhoria de serviços locais.

Há ainda tanto por fazer na garantia do direito à qualidade de vida e a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, no combate ao despovoamento do interior do país, no combate ao aumento da pressão

da costa e litoral, garantia do direito à mobilidade das populações, combate ao desperdício e dependência energéticas.

Há tanto por fazer na igualdade: de género, de raça, de orientação sexual, de pessoas portadoras de deficiência.

Há ainda tanto por fazer nos apoios à habitação.

Ainda há tanto a percorrer nos direitos sociais e políticos.

É preciso continuar a plantar e a colher os cravos desta revolução. É preciso alargar Abril, é preciso não fechar "as portas que Abril abriu", para que se cumpra o que disse o poeta

«As portas que Abril abriu

nunca mais ninguém as cerra».

Os jovens exigem os seus direitos assegurados, querem um papel activo na sociedade em que vivem. Exigem viver com dignidade, com a qualidade de vida a que têm direito.

O desemprego alastra, as ameaças aos direitos, a insegurança no emprego, o poder de compra diminui, a saúde não é para todos, bem como o ensino.

Isto não é cumprir Abril! Não é o respeito pela herança inscrita na Constituição da República Portuguesa!

Não é verdade que tenha de ser assim, quem não acredita que é possível fazer mais está a desistir de ser livre, está a desistir de acreditar em Abril e de exigir a democracia.

Houve quem acreditasse que a situação não era inevitável, houve quem lutasse, tornando um sonho em realidade e essa realidade é um Portugal livre e democrático.

E também hoje há quem acredite que é preciso continuar a lutar: quem preza a democracia plena e a revolução anunciada por Abril.

A Constituição da República garante os nossos direitos é, por isso, urgente fazer cumpri-la. Fazer cumpri-la no direito ao ensino, ao emprego, à habitação e à saúde. É preciso cumpri-la a nível de direitos sociais, económicos e políticos. Só assim temos uma Democracia plena.

A sociedade dá sinais claros de estar disposta a lutar pelos seus direitos, dá sinais claros de estar disposta a percorrer o caminho certo, o caminho justo, livre e democrático.

Os jovens apostam no progresso e o progresso será ver reforçados os direitos dos cidadãos: mais segurança, mais bem-estar, mais qualidade de vida, mais igualdade, mais justiça, mais emprego, mais ensino, mais saúde. Será ver em plenitude a Democracia, princípios de igualdade, liberdade e justiça que recebemos e que queremos deixar às gerações futuras.

Estas questões que nos atingem estão na linha da frente das nossas preocupações e é por isso que o 25 de Abril começou em 74 mas continua hoje, todos os dias.

Vamos manter a força de Abril!

Viva o 25 de Abril!

A Ecolojovem – "Os Verdes"

Dia Internacional da Paz

A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o dia 21 de Setembro como o **Dia Internacional da Paz**.

Vivemos num Mundo cada vez mais militarizado e violento, em que a violência continua a ceifar vidas inocentes, há conflitos em várias regiões do Mundo e a situação no Médio Oriente é dramática.

A **Ecolojovem - "Os Verdes"** insurge-se contra a violência e a agressão a que são submetidos vários povos. Daí, manifestarmo-nos contra a ocupação do Iraque, do Líbano, do Afeganistão e dos territórios sob administração palestiniana, apontando, entre outros, os EUA e Israel como as grandes ameaças e os culpados de, nos últimos anos, vivermos constantemente num mundo marcado por guerras, violência e mortes.

O Mundo não precisa de mais guerra.

Precisa de uma nova realidade política e de soluções pacíficas para a resolução de conflitos.

Temos de continuar a lutar por um sistema capaz de assegurar a paz e a justiça, capaz de assegurar os direitos dos povos.

A Guerra não é o meio para resolver os conflitos.

Temos de defender a Paz, pelo bem da Humanidade.

A **Ecolojovem - "Os Verdes"** apela à intervenção e mobilização de todos contra a guerra, acreditando que é possível um Mundo de Paz.

Consideramos que o Governo português tem de adoptar uma política de Paz, respeitando e cumprindo a Constituição da República.

Vivemos num Mundo cada vez mais militarizado e violento, em que a violência continua a ceifar vidas inocentes.

«Portugal rege-se...pelos princípios...do respeito dos direitos do homem, dos direitos dos povos, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais...»

Artigo 7º da Constituição da República Portuguesa

Ecolojovem-«Os Verdes»

Exames Nacionais

A avaliação é fundamental, não só para os alunos. É também importante para a avaliação das escolas e do sistema educativo, para compreender o que está mal e o que faz falta nas nossas escolas, onde não se tem investido numa escola pública e democrática.

A Ecolojovem-«Os Verdes» não aceita os princípios de quem defende a avaliação como um método de responsabilização e culpabilização dos professores relativamente às insuficiências do sistema. A avaliação deve servir sim para compreender onde é que, em termos de políticas públicas e de Governo, não se está a fazer o que é fundamental e não para uma da racionalidade dos resultados e dos rankings. Esta é a forma de quem olha para a escola e para a educação como um mercado, tudo não passam de números que se pretendem valorizados quantitativamente e não qualitativamente.

Não uma avaliação cega, mas uma avaliação continuada, adaptada a cada ciclo de ensino e que saiba responder às necessidades de cada aluno, de cada turma e de cada escola.

Este ano os exames não fugiram à regra dos anteriores, todos os anos os conteúdos e critérios são alterados, tornando difícil a sua comparação de ano para ano. Nestes, na maioria, foram incluídas matérias de níveis de escolaridade mais baixos facilitando a sua resolução. Caso os resultados obtidos neste ano sejam melhores que os do ano passado, será porque os exames foram mais fáceis, que os alunos estão melhor preparados ou porque foi atribuído mais tempo para a sua resolução!??

A avaliação é fundamental, não só para os alunos. É também importante para a avaliação das escolas e do sistema educativo

Mais uma vez, o Ministério da Educação poupa em nome do défice, não responde à tarefa da escola, de ensinar, de integrar, de preparar e formar os futuros cidadãos com habilitações e com uma formação sólida do ponto de vista cívico, dotadas de valores humanistas, de solidariedade, de justiça e de igualdade. Fabrica resultados e confunde sucesso escolar com índices de aprovação.

A Ministra, no ano das maiores perturbações na escola, com o processo de avaliação dos professores e a alteração do estatuto do aluno, tenta agora ficar bem na fotografia com a melhoria dos números estatísticos e a subida de Portugal no ranking Europeu, descurando uma vez mais as necessidades do Sistema de Ensino, preferindo alterar métodos e critérios de avaliação para obter estatísticas à medida.

Ecolojovem-«Os Verdes»

Emprego Juvenil em Portugal

O Emprego é um direito fundamental, devendo ser uma fonte de dignidade, de realização pessoal e colectiva, constituindo um elemento de progresso e de desenvolvimento de um país.

É um Direito consagrado na Constituição da República Portuguesa, devendo o Estado garantir a execução de políticas de pleno emprego.

No entanto, nos últimos anos tem-se verificado uma degradação das condições de emprego em Portugal.

Temos vindo a assistir aos mais graves ataques ao Direito ao Emprego, com a extinção de milhares de postos de trabalho, com o aumento do ritmo de trabalho, com despedimentos injustificados, com baixos salários, com a flexigurança; tudo isto visando o lucro e sacrificando os direitos e interesses dos trabalhadores.

Esta degradação é ainda mais acentuada a nível do emprego juvenil. O baixo nível salarial da generalidade dos trabalhadores portugueses tem reflexos ainda maiores junto da juventude e a taxa de desemprego é o dobro entre esta camada, situando-se acima dos 16%, contrariando a tendência verificada na grande maioria dos países da UE; situação essa que é fruto de uma política que relega para segundo plano a criação de emprego.

Também a situação dos trabalhadores-estudantes se tem vindo a agravar com o encerramento de cursos nocturnos no Ensino Superior Público e com recusas em aceitar o estatuto de trabalhador-estudante.

As actuais políticas que se têm vindo a praticar não assumem como prioridade o combate ao desemprego e à precariedade do emprego juvenil, antes agravam esta realidade.

Face à actual realidade, a preocupação do Governo deveria ser a implementação de medidas que invertessem esta situação. Mas não, em vez disso prepararam o novo Código de Trabalho onde encontramos um facilitismo nos despedimentos sem justa causa, quase exclusivamente dependentes das arbitrariedades da entidade patronal, os incentivos ao patronato para a proliferação do contrato individual de trabalho, a promoção da caducidade da contratação colectiva, as alterações ao limite de 8 horas diárias e 40 horas semanais e os ataques às organizações sindicais.

Para nós, jovens ecologistas, estas alterações vêm alterar para pior as condições de trabalho, trazem mais precariedade, retiram direitos aos trabalhadores e, em particular aos jovens.

A **Ecolojovem – "Os Verdes"** encara com muita preocupação as propostas para este novo Código do Trabalho que representam um verdadeiro retrocesso, um gigantesco passo atrás nos Direitos dos trabalhadores.

O Governo tem vindo a assumir o desemprego como uma fatalidade incontornável e inevitável.

A **Ecolojovem - «Os Verdes»** não pode, de todo, concordar com esta visão. O Estado não tem cumprido o seu papel, não tem feito o que lhe compete para inverter esta situação.

O Orçamento de Estado de 2008 não defende o crescimento e o emprego que o país precisa e não trava as desigualdades sociais, em vez disso, acentua-as; orçamento esse que deveria responder à criação de mais e melhores empregos e promover a qualificação.

A obsessão com o défice, por parte do Governo PS, tem justificado todos os ataques aos direitos aos trabalhadores.

Acreditamos no combate pela garantia dos direitos dos trabalhadores, porque o direito a um emprego estável e seguro é condição fundamental para o desenvolvimento individual e colectivo. É necessário agir contra o desemprego e o emprego precário, situações que retiram direitos fundamentais aos trabalhadores e aos jovens, inclusive o direito de defender os seus direitos.

A Ecolojovem – "Os Verdes" encara com muita preocupação as propostas para este novo Código do Trabalho que representam um verdadeiro retrocesso, um gigantesco passo atrás nos Direitos dos trabalhadores e, em particular dos jovens.

A **Ecolojovem - «Os Verdes»** defende uma política de emprego pleno, tal como consagrado na Constituição da República, defende o direito dos jovens a um emprego com direitos e estabilidade e defende uma melhoria da qualidade do emprego juvenil.

É urgente a execução de uma política que desenvolva medidas com vista ao cumprimento dos Direitos sociais e laborais.

A Ecolojovem – "Os Verdes"

Políticas de Juventude e Associativismo

Pelo seu importante papel na sociedade, os jovens devem estar dotados de mecanismos para que lhes seja possível uma intervenção social e cívica em prol de uma sociedade mais equilibrada e consequentemente mais activa.

A **Ecolojovem – "Os Verdes"** não concorda com as políticas que se têm vindo a praticar, estas não têm tido em conta as necessidades e dificuldades específicas da juventude, reflectem tão-somente a orientação política geral não se encontrando, por isso, adequadas à sociedade actual, existindo uma barreira específica que tem de ser contornada, com mais apoios, incentivos e legislação que não nos "feche a porta".
Não temos em Portugal uma política de juventude que defenda os direitos, os interesses e necessidades das camadas mais jovens mas sim uma política que visa uma desresponsabilização crescente do Estado das suas obrigações para com a população em geral e, mais concretamente, para com a juventude ignorando o futuro da Nação. A dita política de juventude surgiu numa tentativa de calar a contestação.

Não é possível termos uma boa política de juventude dentro de uma política geral contrária aos interesses dos jovens e demais população.
Os sucessivos governos têm pretendido fazer dos jovens uma geração fragilizada com os mais variados ataques aos nossos direitos, sejam eles políticos, sociais ou económicos e sem direito à sua opinião, constituindo um retrocesso relativamente às conquistas de Abril.
A privatização de serviços, os ataques ao ensino e à educação, a falta de apoios à habitação, o desemprego e a precariedade do emprego juvenil têm como objectivo fazer da juventude uma geração sem direitos, insegura e sem qualidade de vida.

Por tudo isto, a **Ecolojovem – "Os Verdes"** tem-se vindo frequentemente a manifestar contra as medidas dos sucessivos governos que prejudicam os jovens.
Manifestámo-nos contra a extinção do IAJ e sua substituição pelo Porta 65 Jovem por considerarmos que este programa fica muito aquém das reais necessidades dos jovens, discordámos das alterações introduzidas pelo Processo de Bolonha, do aumento de propinas e do encerramento de cursos; assim como temos vindo a assumir uma posição crítica sobre as todas as medidas que, a nosso ver, não defendem os interesses e as necessidades da juventude, do nosso futuro!

Não é possível termos uma boa política de juventude dentro de uma política geral contrária aos interesses dos jovens e demais população.

O associativismo juvenil é uma forma privilegiada de intervenção social e política dos jovens. É uma forma de interlocução na definição das políticas de juventude.
O Estado tem o dever e a obrigação de apoiar as actividades promovidas por associações juvenis e dinamizar e apoiar estas associações, através do Instituto Português de Juventude (IPJ), entidade responsável pela implementação das políticas do governo na área da juventude.
O Estado deve realizar um aumento efectivo dos apoios e o pagamento das verbas dentro dos prazos de modo a possibilitar o pleno funcionamento das associações em prol dos jovens, sendo que muitas associações se encontram descredibilizadas por sucessivas lacunas do governo.

Tanto o IPJ como a Secretaria de Estado da Juventude privilegiam as suas actividades e interesses, em detrimento do apoio directo ao movimento associativo, demonstrando um total desrespeito por uma das maiores formas de apoio aos jovens.

A **Ecolojovem – "Os Verdes"** considera que estes organismos se devem virar mais para as associações e não para si mesmos e para as suas próprias actividades.
Relativamente ao Conselho Consultivo de Juventude, ao não estarmos de acordo com determinadas medidas governamentais, consideramos que neste espaço deve ficar clara a posição da juventude e dar-se a conhecer alternativas a estas medidas, não obstante o facto de não haver votações e, consequentemente não haver aprovação de documentos governamentais.

Os Conselhos Municipais de Juventude devem assumir-se como verdadeiros fóruns de discussão e de proposta das associações juvenis e não como veículos para promover a acção dos executivos camarários.
Por estarmos conscientes e acreditarmos na capacidade participativa e de intervenção dos jovens, e por trabalharmos por uma sociedade justa passando a sua construção pela forte participação dos jovens a vários níveis, a **Ecolojovem – "Os Verdes"** :
- considera urgente e necessária a efectiva implementação de uma política de juventude, onde os jovens vejam os seus interesses, necessidades e direitos defendidos;
- considera que a juventude portuguesa deve participar activamente na definição e desenvolvimento destas políticas a nível local, regional e nacional;
- considera necessário o aumento de apoios à actividade de associações juvenis;
- defende a transparência na constituição e legalização de Associações de Estudantes;
- defende a não ingerência dos organismos estatais na constituição e funcionamento das associações ;
- defende a criação de mecanismos e estruturas que apoiem as associações juvenis não formais, tendo em conta a sua importância para o movimento juvenil.

Ecolojovem – "Os Verdes"

Acampamento 2008

À semelhança de anos anteriores, a **Ecolojovem-«Os Verdes»** vai realizar mais um acampamento de Verão.

Vamos juntar-nos em Olhão, no parque de campismo do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, nos dias 29, 30 e 31 de Agosto.

Este acampamento de jovens ecologistas será mais um momento de convívio, de troca de experiências e ideias e terá como tema principal o "Consumir Local", devido à importância de apoiar e incentivar a produção local e de consumir produtos locais.

Temos previsto algumas actividades; acção de distribuição de documentos e contactos com a população, jogo de pistas e visita ao Parque Natural da Ria Formosa.

Podes trazer os teus amigos e não te esqueças da tenda, do saco cama, escova de dentes e do que achares mais necessário.

Preenche a ficha de inscrição e envia-a para a nossa sede ou envia os teus dados por e-mail

Nome		
Morada		
Código Postal		**LOCALIDADE**
Telefone (casa)		
Telemóvel		
E-mail		
Data Nascimento		
Telefone em caso de urgência		
Forma deslocação		

Data: _____

Assinatura _____

Mobilidade

Os transportes são responsáveis por grande parte das emissões de CO2. É, por isso, urgente adoptar medidas que incentivem a utilização do transporte público colectivo em detrimento do transporte individual.

É importante a adesão de Portugal à Semana Europeia da Mobilidade e ao Dia Europeu Sem Carros, como forma de promover a mobilidade sustentável através de soluções concretas. No entanto, não é suficiente os cidadãos usufruírem apenas de uma semana de actividades dedicadas à mobilidade sustentável.

É necessário e urgente alterar a política de transportes do nosso país!

O Governo tem vindo a praticar uma política errada que resulta num bloqueio da mobilidade: aumenta o preço dos passes, desinveste no transporte ferroviário tradicional (só dando prioridade ao TGV), não desenvolve uma rede eficaz de transportes públicos e não investe numa verdadeira rede de pistas cicláveis.

Este não é o caminho para atingir uma mobilidade sustentável!

A **Ecolojovem - "Os Verdes"** considera que esta é uma altura oportuna para relembrar que é possível viver as cidades de uma forma mais saudável e equilibrada, durante todo o ano e não somente durante uma semana.

É possível adoptar medidas que ajudam a transformar as nossas cidades em sítios mais agradáveis, sem sentir restrições na mobilidade; mas, para tal, o Estado tem de parar de incentivar o transporte individual, criando e levando à prática reais medidas de investimento no transporte colectivo, tal como tem sido frequentemente proposto pelo Partido Ecologista "Os Verdes", tanto a nível nacional como local.

Nós, Jovens Ecologistas, consideramos urgente uma mudança na política de transportes deste Governo, proporcionando uma melhor qualidade de vida: mais saudável, mais equilibrada e mais verde!

Por tudo isto, é também importante a atitude de cada um: evitando usar o automóvel individual nas deslocações quotidianas, usando mais o transporte público, andando mais a pé e de bicicleta.

Ecolojovem - "Os Verdes"

ECOLOJOVEM

OS VERDES

Rua da Boavista, n.º 83 - 3º drt.
1200-066 Lisboa
Tel: 213 960 308
Fax: 213 960 424
ecolojovem@osverdes.pt
www.osverdes.pt

- ☐ Desejo aderir ao Partido Ecologista «Os Vedes» / Ecolojovem-«Os Verdes»
- ☐ Desejo participar em iniciativas de «Os Verdes» / Ecolojovem «Os Verdes»
- ☐ Desejo receber regularmente a folha informativa de «Os Verdes»
- ☐ Desejo receber regularmente o Eco-Boletim da Ecolojovem-«Os Verdes»

Nome: _____

Morada: _____

_____

Código Postal: ____ — ____ Localidade: _____

Data Nascimento: _____ Telf: _____

E-mail: _____

Preencher em letras maiúsculas e enviar para a nossa sede nacional.
Os dados serão sigilosamente processados